

DISCURSOS E LUGARES SOCIAIS DA FAMÍLIA

Cynara Maria Andrade TELLES¹

Introdução: O sujeito sócio-histórico em Análise do Discurso

*Leite, leitura/ letras, literatura,
tudo o que passa,/ tudo o que dura
tudo o que duramente passa
tudo o que passageiramente dura
tudo, tudo, tudo/ não passa de caricatura
de você, minha amargura
de ver que viver não tem cura
Paulo Leminski*

Um dos pilares da teoria da Análise do Discurso pêncheuteana, teoria a que se refere o presente trabalho, é o processo histórico em que se materializa o discurso. E por isso, retomar historicamente a circularidade dos papéis atribuídos à família, por meio da memória discursiva e o contexto social em que foram e são significados e ressignificados esses lugares ao longo da história é nosso interesse aqui. Este tema tomará como corpus de análise o discurso de mães de filhos autistas, ao falarem de seus lugares de filhas e do desejo de serem mães, já que, de acordo com Pêcheux (1999) a memória

é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas, e contra-discursos. (p. 56).

Empreendendo uma retomada histórica pretendemos então apontar os lugares ocupados pelos sujeitos, aqui especialmente, os sujeitos mães, acompanhando os movimentos desses sujeitos, contextualizando os olhares, as condições sociais e históricas em que estes lugares são (im)postos, marcando os movimentos da memória a que Pêcheux se refere, e para nos ampararmos teoricamente, faremos antes uma retomada do conceito de memória (PÊCHEUX,

¹ TELLES. Departamento de Educação e Ciências Humanas; PPGCTS – Programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade – PPGCTS – Bolsista CAPES – Reuni – Mestre – Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – São Carlos, SP – BR – cynaratelles@ig.com.br;

1999), que se atualiza no sujeito quando enuncia. O sujeito aqui é concebido como aquele que se movimenta cada vez que enuncia, ocupando lugares diversos que variam de acordo com o contexto, ou seja, de que lugar e para quem fala.

A organização familiar: a memória dos lugares ocupados

*Não haverá borboletas se a vida não
passar por longas e silenciosas
metamorfoses.
Rubem Alves*

De acordo com Pêcheux (1995), a enunciação diz respeito às citações, repetições, antíteses, paráfrases, etc. também trata este conceito como o que promove o encadeamento das palavras, criando um fio discursivo coerente que será enunciado pelo sujeito. A enunciação, ao mesmo tempo em que “organiza a identificação enunciativa do sujeito enunciator por meio da materialidade linguística e suas marcas” (COURTINE, 1999), causa um efeito de apagamento aos olhos do enunciator. Para Achard (1999), a enunciação deve ser pensada como uma operação de retomada, e como circulação do discurso, sendo por isso, o processo pelo qual resulta o enunciado. Mas o discurso só é passível de se materializar por haver um já dito ao qual se recorre pela memória constitutiva que se atualiza a cada enunciado, mobilizando então outros dois conceitos, o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso se refere ao pré-construído, ao domínio da memória, voz de todos e de nenhum, nesse espaço, portanto, o sujeito falante não tem um lugar, pois ao formular seu dizer, esquece que esta formulação já foi feita antes, independentemente em outro lugar. O interdiscurso promove a circulação dos dizeres que se filiam ou se contrapõem. Ele apaga a historicidade do discurso e a história como um fato objetivo dado, determinando a maneira como um acontecimento histórico será formulado e inscrito a uma rede de memórias. Temos, no cerne teórico da Análise do Discurso, a memória discursiva como a condição do dizível que sustenta a significação da linguagem, não sendo tomada em termos cronológicos nem como uma narrativa linear, com conteúdo cumulativo, mas “como um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas, e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). A memória discursiva também pode ser considerada em Análise do Discurso como arquivo de não-dizeres, de dizeres impossibilitados e/ou impossíveis.

Retomando essa movimentação de lugares dos sujeitos, segundo Levi-Strauss (1956), para a grande maioria dos antropólogos, a organização familiar constitui fenômeno universal, presente em todas as sociedades, com uma ampla gama de costumes educacionais e sexuais. Na definição desse autor, a família tem início no casamento a partir de um laço legal com direitos e obrigações econômicas e religiosas, com regras, direitos e proibições que variam de acordo com a cultura da qual faz parte, numa convivência sob o mesmo teto. Também estão presentes no seio familiar, uma variedade de sentimentos como, afeto amor, respeito e medo.

Bourdieu (1996) salienta que a família tem o papel de manter a ordem e a reprodução biológica e social, entrelaçando duas tendências, de sua manutenção e da integridade de seu patrimônio.

Levi-Strauss (1956) destaca que os sentimentos de medo estiveram presentes num longo período da história em que a figura do pai representava um lugar de autoridade hierarquicamente muito superior ao da mulher e ainda mais superior, ao da criança. Na caracterização de Bourdieu (1996), fica marcado, nesse tipo de estrutura familiar, o interesse pela manutenção do patrimônio. As marcas de significação das responsabilidades e preocupações dos membros da família, bem como dos interesses econômicos e sociais que vigoram em um determinado período do processo histórico determinam, portanto, a função, direitos e deveres de cada membro de uma família.

Levi-Strauss (*op. cit.*) apontado para as relações sociais nas quais e com as quais a família também se insere e relaciona, afirma tratar-se de “um processo dinâmico de tensão e oposição com um ponto de equilíbrio muito difícil de encontrar. Sendo a sua posição exata, sujeita a variações intermináveis de época para época e de sociedade para sociedade” (p. 332), lembrando ainda, que a *regra de ferro* para a sobrevivência e a ordem de qualquer sociedade é o preceito bíblico “deixarás pai e mãe”. Interdiscursivamente podemos considerar como condição para o sucesso de uma família, a capacidade do sujeito de deixar os pais e seu lugar de filho(a), para assumir o de cônjuge, e também de pai ou mãe. Sem essa mudança de lugares, e enfrentamento dos novos papéis, as funções de cada membro podem se confundir, colocando em risco a preservação da unidade família. Esta argumentação pode se apoiar em exemplos frequentes de filhos que delegam a seus pais a criação e o cuidado de seus próprios filhos, especialmente nos casos de gravidez precoce, em que os pais biológicos não possuem maturidade para assumir as responsabilidades para cuidar do filho. O resultado é uma troca simbólica de papéis onde avós viram pais e pais viram irmãos, indiscriminando dessa forma, o papel de cada membro.

Segundo Durahm (1983), o compromisso de cada membro para com os outros, na constituição de uma família se sobrepõe à livre escolha estabelecendo regras sociais que acabam por promover um movimento cultural particular. O autor acrescenta ainda que enquanto grupos, as famílias “são constituídas por pessoas que mantêm entre si, relações de aliança, descendência e consanguinidade, mas não são, necessariamente, as unidades básicas de parentesco” (DURHAM, 1983, p. 26). E por ter entre suas atribuições a procriação, torna-se um grupo consumidor, que precisa gerar bens para poder consumir e garantir a sobrevivência de seus membros, constituindo em função disso um “local privilegiado da incidência dos princípios universais da divisão do trabalho, em função dos quais, se determina em grande parte, o grau de autonomia ou de subordinação das mulheres”. (DURHAM, op. cit. p. 27)

A constituição de uma família é questão de honra em algumas tribos primitivas (LEVI-STRAUSS, 1956), e durante muito tempo, quando o papel social da mulher se restringia ao de esposa e de mãe, era uma obrigatoriedade, constituindo muitas vezes garantia de sobrevivência e honra. Os sentimentos que na modernidade e pós-modernidade, são elementos fundamentais para a escolha de um(a) parceiro(a), durante muito tempo não eram o que motivava essa decisão. Ainda hoje, em alguns casos, vemos que o casamento é alternativa para sair da casa dos pais ou para dar prosseguimento à vida sem ficar sozinho, como vemos no recorte da entrevista com uma das mães, onde fala das circunstância em que decidiu se casar:

“Ah! O namoro foi bom. Nós dois já com uma idade boa, a gente tinha. Eu não tinha tempo prá namorá, ia prá quermesse. Ele, todo mundo que ele namorava não dava certo. Aí quando ele me conheceu, ele falou: “vai ser essa mesmo”. Aí ele pegou no meu pé até que não teve jeito. Eu não gostava muito dele não. Aí eu quis terminá com ele. Aí ele falô: “se você não casá comigo, não casa com mais ninguém, porque se você casá com alguém, você vai ficá viúva na porta da igreja, porque eu te mato na porta da igreja. E eu não sei, eu fiquei... eu pus aquilo na cabeça, mas eu tava gostando dele já. Aí minha mãe falô prá mim: “ele gosta tanto de você, você tem que gostá de alguém prá casá, você não vai tê pai e mãe o resto da vida”. Aí eu falei: “é mesmo né mãe”. Aí eu fui aprendendo a gostá dele”.

A escolha do sujeito é feita pela preocupação em ficar sem os pais, com a idade avançada para casar, vendo o casamento com um homem que a escolheu, a melhor (senão única) alternativa, prescindido, entretanto da escolha pelo afeto, fazendo uma aposta na construção de seu gostar após o casamento, discurso que se articula a tomadas de posição conforme apontam

acima os autores, especialmente Durham (1983) quando afirma que o compromisso com os familiares se estabelece de modo a que o sujeito acate seu lugar e responsabilidade em relação aos outros membros, pois durante muito tempo, e de certa forma, até os dias de hoje, observamos uma necessidade premente das mulheres arrumarem um casamento, independente de ser uma escolha de fato.

No início do último século, a família viveu um período em que a autoridade era designada ao homem, e à mulher cabia o cuidado com o lar e com a educação dos filhos. Segundo Singly (2000) este período é considerado a idade de ouro da família, onde o homem tinha a tarefa de prover a família materialmente e a mulher, a responsabilidade de manter o ambiente familiar agradável propiciado pelo cuidado de seus membros.

No período moderno, a sociedade se viu obrigada a enfrentar as consequências das duas grandes Guerras Mundiais, que impôs condições, promovendo novas mudanças nos papéis de homens e mulheres. Na Segunda Guerra Mundial, enquanto os homens defendiam o país nos campos de batalha, as mulheres se viram no dever de buscar trabalho fora de casa, especialmente nos países americanos, onde começaram a faltar alimentos e gêneros de primeira necessidade. Ao final da II Guerra, os homens voltaram a ocupar seus espaços de trabalho e as mulheres retomaram as funções domésticas, marcando um momento de grandes mudanças sociais e progressos científicos, tais como, o movimento capitalista em âmbito mundial, a escala crescente de produção em massa como resultado de uma sociedade altamente consumista, e grandes descobertas científicas, que resultaram na necessidade de ampliação do mercado de trabalho, criando novamente a necessidade de recrutar mulheres para preencherem vagas de trabalho assalariado. O ano de 1968 representa um momento especial, além dessas mudanças, pois foi o ano que a ciência apresentou o método contraceptivo, criando a partir deste momento a possibilidade da mulher decidir pela maternidade. Com estas mudanças, o individualismo e a racionalidade caracterizam a família deste período, sendo escolha de cada um manter ou não o relacionamento. O número de divórcios aumentou significativamente, provocando a instabilidade dos relacionamentos que se sustentavam apenas quando houvesse amor entre o casal. (SINGLY, 2000)

A família pós-moderna por sua vez, reproduz as características desta época, caracterizada segundo Harvey (*apud* VAITSMAN, 1994), por sua efemeridade, fragmentação e descontinuidade caótica, desconsiderando por isso, o processo histórico que antecede o momento atual,

caracteristicamente marcado pelo culto à imagem e ao consumo desenfreado, em detrimento do desinteresse por questões que exerçam um movimento reflexivo profundo. As características da família pós-modernas, pelo que podemos observar, acabam reproduzindo as características da sociedade pós-moderna, dos desejos fugazes, da diversidade nas escolhas e do consumo acentuado, refletindo como marca essencial da família atual, a organização de estruturas e formatos heterogêneos, tais como, famílias mais abertas, recompostas, famílias monoparentais, homoparentais, dentre outras.

No Brasil, durante o período colonial (séculos XVI e XVII), quando ocorreram grande miscigenação racial e crescimento do comércio e da cidade, especialmente as portuárias, era prática comum o abandono de crianças em calçadas, terrenos e praias. A Igreja, preocupada com o futuro espiritual das crianças enjeitadas, promove uma reação social aversiva a tal hábito. As alternativas que encontraram para solucionar essa situação foram as “famílias criadeiras”, que auxiliadas financeiramente pelo Governo, recolhiam a criança e a batizavam, solução nada eficaz, já que este auxílio era fornecido até os sete anos, apenas adiando um problema, mostrando-se portanto, nada eficiente. Outra “solução” encontrada foi a Roda dos Expostos ou Roda dos enjeitados, criada em 1738 por Romão Mattos Duarte e implantada nas Santas Casas, servia para proteger principalmente mulheres brancas e solteiras (COSTA, 1983). Ao garantir o sigilo do sujeito que dela fazia uso, a Roda dos expostos permitiu que fatos mais graves fossem identificados pelos higienistas, conforme aponta Costa (1983) como a incitação à irresponsabilidade dos pais que por negligenciarem os cuidados aos filhos pequenos, colocavam-nos já mortos na roda. Delegando os cuidados dos filhos a escravas despreparadas e o parto a mulheres sem preparo, não cuidando da saúde e da alimentação colocavam em risco constante a vida dos pequenos.

Essa crítica dos higienistas é feita especialmente às mães apontando as condições de vida destas crianças, (COSTA, 1983) e o prejuízo causado pela utilização de escravas amas-de-leite, que tinham seus filhos recém-nascido retirados de seu convívio para que pudessem amamentar os filhos de suas senhoras. Acreditavam os higienistas que o sofrimento pela perda do filho, estragava o leite e indispunham-nas ao cuidado com as crianças. Esse costume passou a ser considerado, desde então, um gesto relapso de recusa das mães, em amamentar seus bebês. Os pais também eram criticados, pois a centralização do poder colocava as crianças de lado, e as

mulheres, submissas aos homens, não tinham consciência da importância de seus cuidados para com seus filhos, direcionando a atenção aos compromissos sociais e atividades que os envolviam.

A proposta de uma família higiênica definia o papel de cada membro um dos membros da família, sendo o pai, o responsável pela manutenção material, a mãe, a iniciadora da educação dos filhos e os filhos seriam criados para amar e servir a humanidade e não mais aos pais. Ou seja, a submissão é transferida do poderio, obediência e servidão antes dedicados ao homem, para a Pátria (COSTA, 1983). Além disso, a pedagogia higiênica assumiu a responsabilidade de formação das crianças, a fim de que se tornassem adultos adequados à ordem médica. Assim como a família, a criança passa das mãos da religião para a do Estado e contra os pais (COSTA, 1983).

Após a Proclamação da República, no final do século XIX, ocorreram importantes mudanças sociais, como o fim da escravidão e o início do processo de urbanização e industrialização, a família moderna se organiza diferentemente da família tradicional, e nessa nova realidade, a mulher moderna “deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe (também educadora dos filhos) e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa”. (NÉDER, 2002, p. 31).

A igualdade de direitos pelas quais a mulher ainda hoje luta, fizeram-na confrontar com alguns valores patriarcais, passando a questionar o machismo na relação conjugal, assim como a infidelidade, a grosseria e o abandono do homem (BLAY, *apud* SANTIAGO E COELHO, 2007).

O (inter)discurso sobre a mulher: feminilidade reprimida, maternidade subjugada

*A mulher é o negro do mundo. A mulher
é a escrava dos escravos. Se ela tenta ser
livre, tu dizes que ela não te ama. Se ela
pensa, tu dizes que ela quer ser homem.
John Lennon*

Detendo-nos agora sobre os lugares ocupados pela mulher nas diversas culturas e na maior parte da história da humanidade, vemos que seu direito esteve frequentemente subjugado à autoridade masculina. Seja por que fatores esta situação se repetiu, tais como, a necessidade dos cuidados aos filhos ou a incerteza da paternidade deles, o que nos é relevante apontar, é o

interesse das sociedades patriarcais em cercear os poderes da mulher, evidenciando aí a ameaça que a mulher sempre exerceu.

Até o início do período moderno, a mulher ocupava uma posição social pouco expressiva, repetindo durante séculos as mesmas atividades. Bourdieu (1999) considera que simbolicamente o papel da mulher foi voltado à resignação e à discricção. Suas tarefas se restringiam ao trabalho doméstico, quando pertencentes às classes menos favorecidas, e às tarefas de organização de encontros sociais que fossem do interesse do marido.

O papel da mulher como mãe, no cuidado e afeto ao filho, só se efetivou a partir do século XIX, quando a criança começa também a ser olhada de outra maneira. Até então, era designada às serviçais a amamentação e o cuidado da criança desde o nascimento. As mulheres que não dispunham de serviçais se dedicavam ao cuidado dos filhos de maneira diferente da que se faz hoje, considerando esta apenas mais uma tarefa a ser cumprida no ambiente doméstico. Tal situação, entre outros fatores, era favorecida pelas restrições em termos biológicos, visto que a geração de um filho é atributo exclusivamente feminino. Bridon (2003) coloca que o papel da mãe sempre se sobrepôs ao de mulher, associando sua figura ao ser da natureza, e à maternidade uma concepção de natureza instintiva. Os conservadores mantiveram-na reclusa em seu ambiente doméstico, e afastada dos meios culturais, sendo este possivelmente o motivo de sua pouca expressividade social (BEAUVOIR, *apud* BRIDON, 2003). Ao homem sempre coube um lugar expressivo, de poder e de direito conferindo-lhe também uma posição de autonomia em termos biológicos.

De acordo com Bourdieu

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte (1999, p. 44).

Esta posição de destaque atribuída ao homem foi reforçada pelo discurso científico do século XIX, que justificou “cientificamente” o Estado patriarcal ao definir a natureza diferente e *desigual* entre feminino e masculino, determinando também a distinção de papéis entre os dois universos. (VAITSMAN, 1994)

As reivindicações sociais de direitos sociais, iniciadas com a Revolução Industrial, provocaram o início do pensamento da individualidade das pessoas, fazendo ruir o sistema patriarcal e a concepção de desigualdade entre homens e mulheres. Esta nova visão, segundo Vaitsman (1994), considera a natureza universal de homens e mulheres, com plenos direitos sobre seus corpos, o que torna compreensível a visão anterior de desigualdade, pois a mulher não exercia o controle de seu corpo fértil e nem de seu trabalho, que era predominantemente doméstico, provocando também uma mudança substancial na dinâmica familiar. Para a maioria das mulheres do início dos tempos modernos, o casamento era vinculado ao sentimento do amor.

A necessidade de mudança manifestada pela mulher, que não aceita mais uma posição submissa de dependência ao homem e de reclusão social, sofreu resistências já que a autoridade patriarcal que se mantinha por longa data era vantajosa para o homem, o que não justificava um interesse por mudança nos papéis da família. Mesmo assim, a mulher já se sente em condições de enfrentar esta realidade, o que resultou em sua participação ativa no mercado de trabalho e no desenvolvimento gradual dos direitos de cidadania, os quais ainda hoje são reivindicados, pois a mulher enfrenta a sobrecarga de responsabilidades e a conquista da participação do homem nas atividades que eram anteriormente atribuídas apenas a ela: o cuidado dos filhos e da casa. Além disso, a busca pela realização individual tornou os relacionamentos mais instáveis e perenes, pois a garantia dos direitos do cidadão resultou, entre outras mudanças, nos sentimentos de solidão, enfraquecendo o compartilhamento e o enfrentamento de dificuldades, resultante da diversidade de oportunidades perenes que o mundo atual dispõe.

4 – Um olhar sobre o método

Conforme vimos indicando, a Análise do Discurso utiliza como base teórico-metodológica o gesto interpretativo, sendo o paradigma indiciário, uma das tendências dessa teoria, que busca marcas puramente individuais geralmente manifestados pelo não-dito, pelos equívocos e atos falhos. Segundo Ginzburg (1993), o paradigma indiciário, que pertence às ciências humanas, busca uma realização científica do individual, do particularizado, contrapondo-se ao paradigma generalista, vertente metodológica das ciências exatas, o qual se apoia na concepção de que não se pode falar do que é individual. Com bases no paradigma indiciário, empreende-se um trabalho de decifração junto ao material de análise, buscando pistas e marcas de um sujeito determinado,

fazendo inferências causais, a partir dos efeitos. Trabalha-se, assim, com a concepção de uma realidade opaca, na qual as pistas são utilizadas como marcas significantes, não se concebendo a partir desta posição uma solução esclarecedora no gesto interpretativo, mas de sentidos produzidos a partir de uma “construção linguística e histórica que passa por um processo social no qual os sujeitos determinam e são determinados” (FERREIRA, 1998, p. 206);

O método positivista utiliza-se de pesquisas quantitativas, que preconiza a clareza de resultados de análise de uma determinada pesquisa. O método interpretativo, por sua vez, prioriza a análise qualitativa, buscando destacar marcas do processo discursivo, com o objetivo de, a partir do discurso, relacionar tais marcas às formações ideológicas e discursivas dos sujeitos entrevistados. Os dados dessas concepções metodológicas não são utilizados com o objetivo de generalizar e sim de particularizar e singularizar os dados marginais, os resíduos, os não ditos, pois são considerados reveladores, tal como o trabalho de um detetive ao tentar decifrar a cena de um crime. Tendo o reconhecimento de seu caráter científico foi este o método utilizado nesse trabalho, e que apresentaremos abaixo.

4.1 – Os sentidos de ser criança

*Bão, balalão / Senhor Capitão
Tirai esse peso / Do meu coração
Não é de tristeza/ Não é de aflição:/ É só de esperança
João Ricardo e Manuel Bandeira*

No trabalho de análise tentaremos escutar dizeres sobre a infância que ecoaram e fizeram marcas que ressignificaram estas experiências no momento em que tiveram filho. Em função das especificidades do trabalho de análise, buscamos fazer a transcrição das entrevistas em sentido literal, tanto quanto nos foi possível, respeitando regionalismos, tropeços, silêncios. Os primeiros recortes de análise são de uma mãe que chamaremos aqui de Rosa, e que produz sentidos sobre seus pais, como segue abaixo:

Rosa: ‘Convivência boa, né? Não era muito boa porque meu pai bebia pinga (...). Ficava às vezes estressadinho, às vezes valente. Bravo, né... (pausa). Fora isso era bom (silêncio). Minha mãe é super boa (...). Na hora de apanhá do pai, a mãe apóia a gente (...). A mãe é bom em tudo, passava fome prá dá pros filho’.

O sujeito enuncia evocando do passado momentos bons, seguidos dos que não foram, dizendo boa e não muito boa ao recordar-se de um pai que bebia e ficava “estressadinho”. Na sequência reafirma o “bom/boa”, ao dizer novamente da infância e da mãe. E ao dizer da mãe (boa), diz do pai (não muito bom), retornando ao dizer sobre a mãe boa que passava fome para que os filhos pudessem comer. Flagramos então um discurso que se movimenta do bom para o ruim com fluidez, em que o sujeito parece querer marcar que ser criança/filha é bom, mas é ruim também, ou ainda, não tão bom. Dizer do “bom” antes de dizer do “não bom” marca a posição desse sujeito pela preferência em recordar/dizer o “bom”, mas dizer do “bom” conduz a dizer do “não bom”, presa que está à rede significante. O silêncio, pausa de seu dizer que marcamos no recorte, marca uma interrupção do fluxo de seu dizer, um pensar silenciado/censurado, segundo sua filiação a uma Formação Imaginária de um poder e não poder dizer X ou Y para quem a escuta, neste caso, uma pesquisadora e representante de uma Formação Ideológica de sujeitos sabedores. Marcamos também nesse jogo “bom/boa”, um equívoco que marca o deslizamento na ordem da língua quando o sujeito enuncia, mãe é “bom”, coloca no sujeito mãe feminino um adjetivo masculino, “bom”, modificando o jogo dos sentidos que vinham até aqui sendo marcados por mãe boa (bom) e pai não bom (boa), eliminando a distinção entre gêneros e transgredindo as regras, fazendo valer o sentido de uma mãe que por sua postura é pai também, ou expressando o desejo de dizer de um pai bom. Outra marca linguística que destacamos são os “né” (não é), apontando a convocação da interlocutora/entrevistadora, a participar e *con-sentir* com seus dizeres. No próximo recorte, flagramos também esse efeito, temos a voz do sujeito aqui denominado Acácia e que tece seu dizer nos seguintes termos:

***Acácia:** ‘A mãe sempre foi aquelas mãezona, amorosa. O pai sempre foi muito quieto, sabe? Eu me lembro uma vez que ele me bateu. (...) E meu pai me pegô, eu me lembro. Eu lembro, eu tinha sete ano. Ele me pegô, me deu um par de tapa. Eu nunca me esqueci. Primeira e última vez que ele me bateu. E minha mãe às vezes dava uns peteleco, mas a gente corria, né.’*

Nesse recorte a mulher/mãe, recorda a infância de uma mãe/mãezona/amorosa e um pai que, sempre quieto, faz-se lembrar por situação única, em que ele bateu nela, experiência

evocada da memória com força, imperando esta lembrança sobre as de uma mãe/mãezona/amorosa, evocando nessas marcas uma identificação intensa à mãe, quando para dizer dela acrescenta primeiro o aumentativo e depois o pronome possessivo, materializado no dizer sobre o pai, como pertença desse sujeito discursivo. Marcamos ainda a forte lembrança pela sobreposição desta forte lembrança do pai, quando traz em seu discurso os efeitos dessa lembrança: “eu lembro uma vez... (...) eu lembro... eu lembro... eu nunca me esqueci”. Impera no discurso do sujeito o lugar de um pai que intervém com autoridade e provoca efeitos, fazendo valer sua autoridade como podemos constatar quando diz depois do pai: “meu pai”, particularizando-o e autorizando-o a ocupar este lugar marcado e que se sobrepõe às lembranças evocadas da mãe. Destacamos também o efeito polissêmico de sentidos da palavra “pegô”, podendo ser significado de diferentes modos, de acordo com a Formação Discursiva a que se filia o sujeito do discurso, como também do sujeito que escuta e interpreta. Posicionados aqui como intérpretes, pensamos nesse “pegô” como gesto coercitivo, reprovador, carregando interdiscursivamente o efeito de desejo de acolhida e cuidado ou de valorização pelo efeito negativo da presença/posicionamento desse pai, localizando-a até mesmo cronologicamente em suas lembranças da infância, ao dizer que tinha “sete ano”. Os petelecos da mãe são evocados com menos ênfase se comparados aos efeitos de memória do pai, pois diante das repreensões da mãe ela podia fazer algo, como: escapar desse lugar, mudar de lugar, correr... Destacamos também o encadeamento do dizer da mãe – mãezona – minha mãe, acrescentando primeiro um aumentativo e à frente um pronome possessivo, flagrando-se aí a intensa identificação à mãe.

A terceira mãe, aqui chamada Hortênsia, diz assim de suas lembranças de pai e mãe em sua infância:

Hortênsia: *‘Meu pai, ele faleceu quando eu tinha dois meses de idade. Então a lembrança que eu tenho do meu pai é de uma foto que a minha mãe tinha que eu não sei onde tá (... Depois que ela faleceu e eu não sei onde ela deixô. Era a única que eu tinha, não sei como era meu pai. (A mãe) Uma bondade. Meu pai, ele não foi flor que se cheire, mas ela nunca, assim, falou mal dele prá gente ficá com raiva, sabe? Ela contava como se fosse uma piada. Ela falava as coisas que ele fazia com ela. Ele era muito mulherengo. Então ela contava as coisas prá gente de uma maneira que não trágica, sabe? Ela não chorava. Prá ela, ela achava que tinha que passá por aquilo e cabô. Então ela nunca passou assim prá mim: ‘Ah, homem não presta, homem’. Nem prá mim, nem pras minhas duas irmãs. Nós somos em sete, né?’*

Hortênsia diz do pai evocando lembranças de uma foto e do discurso da mãe sobre o pai, discurso que atravessa os dizeres e recordações desse pai. A foto, única lembrança própria, era da mãe e se perdeu após sua morte. Marcamos aí o interdiscurso do dizer da mãe sobre o pai, que significa e posiciona-o levando consigo a “única (foto/lembrança) que tinha do pai”. Retomando seu dizer sobre o pai, e descolando do discurso da mãe, ela diz de um não saber sobre o pai: “eu não sei como era meu pai”.

Dizendo de uma mãe bondosa, flagramos o vigor dos efeitos de sentido de seu discurso sobre o pai de Hortênsia, falado entretanto, como marido, como homem e não como (seu) pai: “ele não era flor que se cheire”. Diz do pai, pelo interdiscurso da mãe, se utilizando de um dito popular, um genérico, para poder falar dos atributos desse pai. A mãe usa o tom de piada para falar das coisas que o pai fazia com ela, segundo interpretação de Hortênsia, para não deixá-la com raiva do pai, garantindo a manutenção de um lugar idealizado onde coloca a mãe. Quando diz aos filhos de seu marido, promove modos de significar da filha sobre os homens, denegando os efeitos de sentido de homem “mulherengo”, “flor que não se cheira”, pelo não dizer da mãe de que homem (não) presta, filiando-se nesse modo de dizer à Formação Discursiva, à qual a mãe também se filia, na qual não se autorizam a dizer claramente desse homem/pai que apresenta uma conduta reprovada socialmente, utilizando-se desse recurso também para poder significá-lo com um recurso metonímico silenciando o dizer de um pai que “não presta”, observando materialmente este movimento no (não) dizer “Ah! homem não presta, homem” evocando o dizer de um Sujeito Universal, para poder dizer o que não foi dito pela mãe, denegando assim o sentido implícito. No discurso sobre a mãe, diz de uma mulher forte que não chorava, e que, entretanto, dizia de si como esposa capturada numa condição de submissão, a uma situação de mulher traída, pois o pai de Hortênsia “era mulherengo”, ou seja, traía sua mãe, que dizia disso aos filhos em tom de fatalidade, de algo que “tinha que passar” e, por isso, se submetia.

Melissa diz assim das recordações de seus pais na infância:

Melissa: ‘Ele era boom, mas era bravo. Apanhava bastante, viu! Fazia arte, apanhava bastante... Tinha hora que o bicho pegava (...). Ah! desobedecia, né?. Ele falava prá não fazê, fazia. Ele falava, falava, não obedecia, ele já catava, né? e dava uns tabefes. Ah! De cinto, de chinelo, essas coisas

assim. Mas assim, era uma coisa normal na vida. É, mas apanhava. Tinha muita paciência não. Ah! Com a minha mãe, minha mãe era boazinha. A gente abusa, né? Mas assim, eu sempre ajudei minha mãe, desde pequena. Desde meus sete anos eu ajudava minha mãe, porque minha mãe trabalhava fora. Aí ajudava a cuidá dos meus irmãos. Eu ajudava na casa, fazê o serviço'.

Nas lembranças de sua infância, Melissa discursiviza sobre um pai bom e bravo, bravo porque batia. O pai bom enfatizado num dizer marcante que o caracteriza (“boom”), interpretamos como um pai que bate quando a filha dá motivo, não batendo sem motivo, portanto, interdiscursivamente, podemos dizer que Melissa aprova a atitude de bater, filiando-se nesse dizer à Formação Discursiva de pais que se contrapõe à Formação Discursiva de filhos que não devem nunca apanhar de seus pais, como podemos ver também na sequência de seu discurso, ao dizer de um pai bom porque antes de bater ele falava várias vezes e (a filha) não obedecia. Dizendo do pai, Melissa também diz de si: filha desafiadora, que enfrentava a autoridade do pai e confrontava sua vontade, sofrendo assim as consequências de seus atos. Ela era catada para levar uns tabefes... normais. Mas isso não era tudo, e ao acrescentar “mais batia”, reforça o efeito de retorno da memória sobre esse pai. Na frase que segue, diz de um sujeito ausente, com pouca paciência, ocultando o sujeito de seu dizer, abre para um efeito de sentido de identificação com esse pai. Ao falar da mãe, também podemos flagrar uma ausência ou indefinição de sujeito denominado “bom”. Dizendo: “com a minha mãe, minha mãe era boazinha” ela pode estar dizendo de si e da mãe boazinha, não somente por estes modos de dizer já marcados, mas pela observação da sequência de seu discurso, uma filha (boazinha?) que abusa, mas sempre ajudou nas tarefas da casa e no cuidado com os irmãos mais novos. Nessa articulação de sentidos o termo “com” pode trazer uma sentença com efeito de valor, de filiação, de identificação, de associação à mãe, uma vez que, para a mãe poder trabalhar fora, ela precisava trabalhar em casa, exercendo tarefas que seriam da mãe. Nos quatro recortes, pudemos evidenciar a imagem materna muito mais marcada e enfatizada do que a dos pais, o que provoca uma grande possibilidade de identificação à mãe.

O (não) desejo pela maternidade: a memória discursiva sobre gravidez e parto

*É comum a gente sonhar(...). / Quando vem o
entardecer (...). / Um sonho lindo de morrerVejo
um berço e nele eu me debruçar
Com o pranto a me correr / E assim, chorando,
acalantar / O filho que eu quero ter*
Vinícius de Moraes

A definição desta entrada se empreendeu como marca de retorno do já dito antes e trazido para o presente pela memória discursiva dos dizeres das ciências do autismo, que afirmam em raro consenso ser uma patologia mental extremamente precoce e que se manifesta na maioria dos casos já nos primeiros meses de vida. Os primeiros momentos com o filho, em nossa leitura são significados pelos modos de dizer da mãe sobre a espera e a chegada deste filho, o lugar atribuído a este filho da concepção ao nascimento.

Nos próximos recortes, as recordações de gravidez e parto não seguiram uma ordem cronológica, e o que mais ocorreu foi uma inversão no tempo, das lembranças de gravidez e parto, ou a alternância de uma e outro. E é assim que estes dois momentos de vida estão colocados juntos, marcando o embrenhamento dos dizeres das mães sobre este período. No primeiro recorte, Rosa enuncia, falando primeiro das circunstâncias do início da gravidez, deste período e do parto, como segue:

Rosa:*‘Eu, quando cheguei aqui, comecei a trabaiá(...). Cheguei grávida, mas eu não sabia que eu tava grávida (...). Aí, a muié descobriu que eu tava grávida, mandou embora, né (...)? Acho que por isso que mandô embora: de menor, quinze anos, grávida também (...). Ah! Foi uma gravidez tranquila, né? Eu só ia no hospital prá fazê o pré-natal dele. Depois na hora de ganhá fez cesária (...). Fui pro hospital, fiz cesária, fiquei três dias no hospital, normal (...). Minha irmã me levô. A enfermeira aplicô um negócio na gente... Eu cheguei lá, fiquei um bom tempo no hospital (...). Mais aí eles viru que não ia tê jeito mesmo, aí eles resolvero fazê (...) (parto normal)’.*

Apontamos nesse recorte, que Rosa alterna em seu dizer trabalho e gravidez, supondo que a sua condição impossibilitou-a de trabalhar por ser uma grávida menor de idade e que, apesar disso, teve uma gravidez sem dificuldades. Flagramos também a deriva de Rosa ao relatar o parto: “fez cesária”, (...) “fiz cesária”, dizendo de uma mesma situação e mudando o sujeito do verbo, o

que marca a oscilação, pelo vacilo, entre eu e outro, indiciando uma confusão no posicionamento do “eu” que se coloca como agente passivo e ativo de uma ação, ou ainda como sujeito objeto e sujeito de seu discurso. É relevante destacar ainda outro dizer de Rosa: ... “aplicô um negócio na gente...”, em que injeção e anestesia são substituídas por “negócio”, conceito que carrega a marca do discurso capitalista, a concepção e o nascimento do filho tomam então um caráter de negociata, podendo-se observar este aspecto tomando o recorte sob um olhar mais amplo, quando Rosa diz da impossibilidade de trabalho, como marcamos no início, na repetição da palavra “cesárea”, que só foi e é feita quando não tem mais jeito, marcando interdiscursivamente sua condição de quem não tem dinheiro, então não pode escolher, e reforça esse efeito quando fala da injeção como “negócio” e ainda completa afirmando que “não ia tê jeito mesmo, aí eles resolvero fazê”. Um dizer silenciado por Rosa, que traz as marcas significantes deste não dizer, então precisou esperar até “não tê mais jeito”, e decidissem o que fariam com ela, opondo-se a esta Formação Discursiva dominante e posicionando-se discursivamente como sujeito submetido à ordem dominante, mesmo dizendo do lugar de dominada. Esclarecemos que esse efeito de sentido de discurso capitalista pode ser ainda mais evidente se tomarmos o discurso e as condições de um sujeito que vem de longe, de uma região pobre do país para tentar a vida numa região promissora, conforme está colocado integralmente ao final do trabalho.

O(s) sujeito(s) da ação sobre Rosa, até certo ponto do recorte, é (são) mulher(es): “muié, irmã, enfermeira”. A primeira tira-lhe o emprego, a segunda leva-a ao hospital e a terceira aplica-lhe um negócio/injeção... São esses os únicos agentes do enunciado, e contrapõem-se ao apagamento do agente masculino, que ao final aparece no plural, sem nomeação de sujeito, acabando por determinar o destino da questão, dizendo que não tem jeito e dando o aval para “fazê” o parto, novamente opondo o discurso de uma Formação Discursiva a outra, de agentes femininos, dominados, contra agentes masculinos, dominantes. O sujeito mulher, mesmo marcando a presença do sujeito feminino que age sobre esse sujeito, é ao final sobreposto ao poder desse(s) sujeito(s) masculino(s), irrompendo como o que dá um desfecho a esta situação de impasse e espera, pois quando não tem mais jeito, eles decidem a situação e elas, as mulheres, são retiradas da cena do discurso de Rosa.

***Acácia:** ‘Foi normal (a gravidez), como a do outro, mesma coisa. Fui controlando minha diabetes, logo no primeiro mês, aí eu já sabia que eu ia tê de novo. O médico falô prá tê outro prá operá. Ele falô: “Senhora já arruma outro*

logo, a gente já opera e pronto. Porque às vezes” ele falou, “às vezes numa segunda gravidez a senhora não tem diabetes”. E tive, aí precisei controlá. Foi bem, nossa, só na hora de nascê que eu tive problema. Ah! Me faltou o ar. Deu assim, nas costas... começo de pneumonia eu tive. Então me faltou o ar na hora de nascer, eu passei mal. Puseram balão em mim (...). Caí, no sétimo mês de gravidez. Eu caí com o E. Sete mês... Com aquele barrigão, e pum pro chão. Quebrei o braço. Quebrei o braço. E fiquei nove meses com o braço quebrado sem podê engessá, sem podê tirá raios-X, não quiseram fazê lá na Santa Casa, e eu fiquei com o braço quebrado. Eles não acreditaram que eu tinha quebrado o braço. Só eu sabia o quanto tava doendo. Passaram um remedinho e largaram eu (...). Ah! Era tudo com um braço só. Mas foi ruim, mas foi ruim, mas foi ruim. Mas eu sofri.’

Acácia diz de sua gravidez comparando-a com a do outro filho, enfatizando a diabetes, mas falando de um sujeito indefinido que sofre a ação de “tê de novo”, o que marca uma aparente indefinição do que iria ter de novo: um filho, uma doença? Segue seu discurso dizendo do outro e fazendo uma junção de duas discursividades que vão se alternando em seu dizer. Uma, que no discurso do médico, diz de um dizer do outro sobre si, apontando o que deve fazer: “tê outro, operá, e talvez não ter diabete”. Mas tem (diabetes), e então, desloca o sujeito da ação da terceira para a primeira pessoa, sendo esta a segunda discursividade apontada acima, daquela que precisou fazer algo depois, pois o que o outro disse que talvez pudesse não acontecer se contrapôs ao que ela imaginou (sabia que ia tê de novo) e aconteceu: teve novamente diabetes. Nessa segunda sequência discursiva, o sujeito mãe/leigo se contrapõe ao saber autorizado do doutor, mas o sujeito precisa dizer isso de uma maneira oblíqua e opaca, para se autorizar a dizer. Diz de si como agente que sofre a ação de cair, e cair com o filho (ainda não nascido) evidencia um efeito de quem machucou, causou danos ao outro. Na sequência, sobre o braço quebrado, a repetição carrega um efeito de tentativa de convencimento a si mesma, de marca profunda que carrega efeitos e precisa ser escamoteada para ser retomada na memória.

Voltando ao primeiro movimento discursivo, diz de sujeitos (eles) que executam ação sobre ela, por não terem acreditado, não terem tirado raios-X, que (só) passaram “remedinho” e largaram, dizendo de si na posição de vítima, de objeto do outro, que decide sobre ela. Acácia faz ainda um retorno ao segundo movimento, dizendo novamente de uma ação do outro sobre si, que lhe causa algo ruim. Ao final, o “mas”, que na regra gramatical teria a função adversativa, e é usado para provocar efeito de sentido contrário à sequência anterior, nesse recorte tem a função aditiva, de acréscimo, de reafirmação de um efeito (negativo) sobre si, colocando no lugar do e (e

do parto, de não poder usar nenhum recurso para diminuir uma dor insuportável que acaba por significar a particularidade da chegada desse filho, com o qual precisará enfrentar todas as dores sem remédio que possa aliviá-las. Portanto, trabalho pode ser significado em seu contexto real e do que traz interdiscursivamente sobre a gravidez e o parto desse filho, materializando a denegação de um (não) desejo pela vinda desse filho, ou pelos efeitos da dor que a levaram a não querer que esse momento tivesse ocorrido dessa maneira, o que justifica sua denegação.

***Melissa:** 'Nossa, eu era lôca prá engravidá, prá tê filho, mas eu não imaginava isso (...). Não imaginava que fosse, né?... acontecê, né?... tudo que aconteceu. Eu tinha tudo prá tê uma gravidez assim, normal, né?... E não foi aquilo que eu sonhava, eu queria dá mamá, não consegui dá mamá. Ah! Foi bem frus... foi bem frustrante, né (...)? Não... não... eu não sentia nada. Até... ele é prematuro, né? Meu filho. Ele nasceu de sete meses. Eu sô assim, eu fico assim preocupada porque eu não sentia mexê, aí fazia ultrassom, aí o médico falava que tá tudo bem, mostrava, tá tudo certo'.*

Nesse recorte, ressaltamos primeiro a negativa que segue todo o dizer de Melissa, sendo o mas um divisor entre o sonhado e o vivido, como vemos na sequência discursiva, ao dizer na negativa de sua experiência de mãe, uma vez que o que imaginava era diferente do que ocorreu. Apontamos também a negativa do dizer com o uso repetido, do “né”, contração de “não é”, e um meio do sujeito que discursiviza solicitar ao ouvinte seu apoio e concordância, flagrando também a Formação Imaginária que se filia para poder dizer do lugar de mãe, à profissional, supostamente sabedora a quem solicita o apoio, a concordância com seu dizer. Prossequindo em seus “nãos”, diz desse lugar sobre seus sonhos, seu desejo de amamentar, de sentir o filho mexer na barriga. Tudo é dito como algo que não aconteceu. Não sentia o filho mexer, portanto, não sabia se ele estava vivo, se podia se comunicar com ele, se podia significar ou imaginar este filho. A lembrança é significada como uma impressão difícil de ser verbalizada, interrompendo sua fala ao nomeá-la como frustrante, expressando sua dúvida em poder dizer dessa maneira, que imagina reprovável, pois para o Discurso Ideológico, a maternidade carrega marcas de dádiva, de sacralidade. Entre o silenciamento e o dizer, o sujeito escolhe não calar, e o modo que consegue continuar dizendo é utilizando o “não” que se repete, e que permite que essa experiência seja significada de outro modo, diferente do que esperava como contratempo e frustração. A negativa traz aqui a marca do

fracasso de uma experiência, paralisada pelo inesperado, e a chegada desse filho se concretiza à revelia de seus planos. E assim ela prossegue: “Eu tive uma gravidez ótima, não tinha nada, não sentia nem ele mexê (...). Não tinha dilatação, nada. Não senti nada”.

Destacamos também que a negativa aparece até para falar da gravidez ótima: não tinha nada, não tinha dilatação, não sentia nada, sendo o “bom”, significado pela negativa e pelo nada, marcando mais uma vez, a impossibilidade de circulação e de busca de outros sentidos que não seguem, mas se paralisam, mantendo esse efeito na sequência seguinte:

Melissa: ‘Eu fiquei assim, sozinha né? Porque meu marido foi corrê atrás das coisa porque eu não tinha comprado nada ainda. Eu falei: “Ah, quando tivé pros oito meses a gente compra as coisa, né? Eu não tinha comprado nada. Aí ele foi atrás de roupinha prá comprá. A minha mãe trabalhava na época, eu fiquei sozinha lá, a hora que eu fui interná, eu fiquei sozinha. Eu fiquei sozinha lá, porque todo mundo trabalhava (...). Eu fiquei sozinha’.

Melissa fala de sua solidão na hora do parto não esperado para aquele momento, e repete duas vezes que ainda não tinha comprado nada e que só pretendia comprar no oitavo mês, o que é pouco habitual se fazer na gravidez, e que podemos interpretar como efeito de seu dizer no recorte anterior, materialmente significado como providência programada tardiamente, ao finalizar com um “ainda”, conceito que denota uma demora, um adiamento para se tomar uma providência. A espera deste filho não pode ser preparada antes de seu nascimento, trazendo indícios discursivos de dúvidas de sucesso nessa gravidez. Nem com a iminência do parto foi possível sentir este filho que estava chegando, pois se sentiu muito sozinha, e sozinha lá é dito com o verbo no passado, como se uma Melissa tivesse ficado e se mantido lá, sozinha, implicando-se como sujeito paralisado em seu passado, impedido de atualizar em seu discurso a experiência vivida, mantendo no passado tudo que sonhou, planejou e não se realizou, inclusive seu filho imaginizado, e impedindo-se de se filiar a uma Formação Discursiva de saberes sobre maternidade, em que sujeitos mães falam de suas dificuldades e também de suas alegrias, aspecto que não aparece no discurso de Melissa. Mantendo-se num estado de inércia fica impedida de discursivizar como sujeito mãe.

Considerações sobre o trajeto percorrido

*... desconfortável é ser trancado do lado de fora (...);
pior, talvez, ser trancado no lado de dentro.*

Virginia Woolf

Nossa intenção aqui foi buscar modos de significar e ressignificar lugares e papéis na família, tentando amarrar sentidos sócio-historicamente legitimados, buscando marcas nos discursos dessas mães, de sentidos que se repetem e/ou confrontam. Abrindo para o trabalho específico de análise do discurso das mães de filhos autistas, definimos duas entradas discursivas que são significadas e ressignificadas nos dizeres sobre o autismo. Na primeira entrada, nossa escuta foi sobre suas infâncias, já que para este trabalho, o sujeito se posiciona a partir de arranjos sociais, históricos e culturais que significam o sujeito num processo encadeado de significantes, verificando especialmente uma forte identificação à mãe, que traz interdiscursivamente um efeito de contra-identificação ao pai, ao Outro, ao homem. Na segunda entrada, o discurso das mães é sobre a experiência da maternidade, em que dizem de uma insuficiência nesse papel, de contratempos e decepções, trazendo assim o efeito marcado, comprometendo, o uso do recurso simbólico e inflando os efeitos do imaginário, confluindo com o dizer sobre a relação mãe-bebê nos casos de autismo. Seguindo seus modos de significar essas experiências, constatamos que elas se movimentavam quer se articulando ao discurso dominante da sociedade e da ciência, quer se opondo a ele, dizendo assim da subjetividade de suas experiências de filhas, mulheres e mães.

Referências

- ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRIDON, D. **O autismo nos (des) caminhos da feminilidade**: o lugar da função materna na ocorrência de autismo infantil. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0101.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.
- COSTA, J. F. Adultos e crianças. In: **Ordem médica e norma familiar**. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1983. p. 153-214.
- COURTINE, J. J. O chapéu de Clementis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da AD**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

- DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: DURHAM, E.R. ET alii. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Zahar, Rio de Janeiro, 1983. p. 15-43
- FERREIRA, M. C. L. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, E. (Org.). **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 201-208.
- GINZBURG, C. Sinais, raízes de um paradigma indiciário In: _____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LEVI-STRAUSS, C. A família. SHAPIRO, L. (org.) In: **Homem, cultura e sociedade**. Ed. Fundo de Cultura, 1956. p. 208-333.
- NEDER, G. Ajustando os focos das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira, a base de tudo**. 5ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002. p. 26-4
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- SANTIAGO, R. A. e COELHO, M. T. A. D. **A violência contra a mulher**: antecedentes. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, Vol. 11, No 1 (2007) Históricos. Disponível em <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewPDFInterstitial/313/261>. Acesso em 22/03/2010.
- SINGLY, F. De. O nascimento do “indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar.” PEIXOTO, C. E. ; SINGLY, F. De; CICHELY, V. (Org.) In: **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 13-19
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais – identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p. 28-52.